



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Fundamentos do Serviço Social - Ênfase em Formação Profissional)

**A mercantilização e precarização do ensino superior e os  
impactos na formação do assistente social.**

Aline Gabriela Nobiato <sup>1</sup>  
Anelize Antunes Antonio <sup>2</sup>

**Resumo:** O exposto estudo traz uma reflexão sobre o ensino superior no Brasil, bem como sua historicidade marcada por privatizações, exclusões sociais e a consequente precarização, e seus impactos na formação do assistente social. Para tanto, utilizamos de pesquisa bibliográfica e exploratória, tendo como base a formação sócio histórica de um sistema de ensino pautado por interesses das classes clericais e principalmente, da burguesia, observando a cronologia educacional brasileira, desde seus primórdios até os dias atuais. Desta forma, este estudo demonstra a persistência da hegemonia burguesa e conservadora na manutenção do sistema de ensino superior brasileiro e seu empresariamento.

**Palavras-chave:** mercantilização; precarização; ensino superior; formação profissional; Serviço Social

**Abstract:** The above study brings a reflection on higher education in Brazil, as well as its historicity marked by privatizations, social exclusion and the consequent precariousness, and its impacts in the formation of a social worker. As such, we use bibliographical and exploratory research, based on the socio-historical formation of an education system guided by the interest of the clerical classes and mostly, the bourgeoisie, observing the Brazilian educational chronology since its beginnings until the present day. This way, this study exposes the persistence of the bourgeois and conservative hegemony in the maintenance of the Brazilian higher education system and its entrepreneurship.

**Keywords:** commodification; precariousness; higher education; professional qualification; Social Service.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino, aline.nobiato@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino, anelizeantunes05@gmail.com



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

## **1 INTRODUÇÃO**

Partindo da análise historiográfica da instituição educacional brasileira, nota-se a grande recusa por parte dos governantes do Brasil em relação aos investimentos na educação, em especial, a superior. Os quais deram significativo aval às elites e organizações privadas para que comercializassem e explorassem o Ensino como um todo. A educação brasileira, que desde seus primórdios fora marcada por exclusão social das classes subalternas, mais uma vez se entrelaçava com os ideais elitistas do país de não-disposição da acessibilidade a educação. Assim, analisando a cronologia educacional brasileira, nota-se a incessante tentativa por parte de professores, pesquisadores e principalmente alunos, de modernizar e democratizar a educação, de forma a cessar com o sistema educacional elitista e segregador, o qual perdura até os dias atuais.

Redirecionando a pesquisa para tempos mais contemporâneos, como os anos 1990, percebemos a continuação de uma educação elitista, disfarçada pelo “acesso democrático” dentro da política neoliberal, onde o setor privado tem a possibilidade de ampliação. Dessa forma, a educação passa a ser tratada como mercadoria, com uma formação tecnicista, onde a classe trabalhadora não possui acesso à educação de qualidade como a classe burguesa.

O Serviço Social é impactado com esse desmonte da política de educação, principalmente com a adesão do ensino à distância que vai contra as próprias Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Algo que ameaça a formação de profissionais críticos e afinados com as novas demandas.

Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo entender a história da educação superior no Brasil, e seu processo de mercantilização juntamente com sua influência neoliberal e refletir sobre os impactos que a privatização e precarização do ensino traz à formação do assistente social. Em vista disso, utilizaremos pesquisa exploratória e bibliográfica.

Sem caráter vexatório, nem cunho discriminatório, este estudo apenas tem como alicerce a análise da administração governamental em relação ao débil sistema de ensino brasileiro, e a negação do Estado na oferta de um ensino público, presencial, de qualidade e universal e não sobre os usuários de instituições de ensino privado e/ou à distância.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

## **2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA SÍNTESE**

Sendo um caso díspar dos demais países latino-americanos, o Brasil possui um aspecto diferenciado quando se trata de sua historicidade do ensino superior. Ainda no século XVI, Portugal não autorizou a criação de universidades nesta colônia, indo na direção oposta a Espanha, que já criava diversas instituições de ensino superior em suas colônias da América.

Para que a elite portuguesa e seus filhos nascidos no Brasil pudessem se graduar, fazia-se necessário ir até a metrópole e formar-se na universidade de Coimbra. Já que além de não incentivado, o ensino formal brasileiro era gerenciado pelos jesuítas e sua Companhia de Jesus. Em vista disso, investiam tempo tanto na cristianização dos indígenas e formação clerical quanto na formação educacional de jovens de classes abastadas, preparando-os para o ingresso na Universidade de Coimbra, em Portugal. Desta forma, nota-se que a educação brasileira desde seu início, era excludente e elitista.

Posteriormente, em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, em decorrência da invasão napoleônica à metrópole, passaram a surgir as primeiras faculdades do país, a pedidos de moradores e comerciantes locais.

[...] foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Seguiram-se o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura. (MARTINS, 2002, p. 4)

Sendo assim, as faculdades recém-criadas carregavam consigo o principal objetivo de oferecer ascensão e prestígio social que um diploma profissional poderia proporcionar, haja vista que seguiam o modelo de instituições francesas, de caráter voltado ao ensino em detrimento da pesquisa. E tais fatores só fizeram fomentar ainda mais um sistema social classista e estratificador.

Ainda no período imperial, emanava da elite detentora de poder, e conseqüentemente, do Estado a negação à criação de universidades, já que não avistavam



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

vantagens. Desta forma, mesmo que houvesse diversos projetos e propostas referentes à esta temática, eram fortemente ignorados pelos governantes da época.

Apenas após 1850 nota-se uma contida forma de investimento nessas áreas, como o surgimento de centros científicos, a exemplo o Museu Nacional,<sup>3</sup> a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. No entanto, em decorrência da propensão aos investimentos ser comedida, criaram-se poucas instituições públicas de ensino superior no vasto território brasileiro, dando espaço e aval para as elites e instituições religiosas transformarem o Ensino em um produto gerador de lucro.

Já o contexto da República Velha foi marcado pelo ideário positivista, que interferiu de maneira direta na criação de universidades e no incentivo às pesquisas, uma vez que priorizavam cursos de caráter mais pragmáticos como cursos laicos de orientação ou técnicos profissionalizantes, nos possibilitando citar as engenharias, direito, agronomia, dentre outros. O preconceito e banalização de cursos voltados às humanidades também pairava pelas convicções da época, dando indícios de que a educação uma vez seguida a este modo, seria apenas mais uma das engrenagens que fariam o sistema capitalista funcionar. Nada além do intuito da produção da mais-valia.

Somente em 1920 é criada a primeira universidade do país, a Universidade do Rio de Janeiro, também conhecida como Universidade do Brasil, que consistia basicamente em um projeto de reunir faculdades pré-existentes, porém com uma argumentação diferente.

Buscava-se de criar um centro de elaboração, ensino e difusão da ciência. A universidade moderna deveria ser organizada:

"a) de maneira que se integrem num sistema único, mas sob direção autônoma, as faculdades profissionais (medicina, engenharia, direito), institutos técnicos especializados (farmácia, odontologia), e instituições de altos estudos (faculdades de filosofia e letras, de ciências matemáticas, físicas naturais, de ciências econômicas e sociais, de educação, etc),

b) e de maneira que, sem perder o seu caráter de universalidade, se possa desenvolver, como uma instituição orgânica e viva, posta pelo seu espírito científico, pelo nível dos estudos, pela natureza e eficácia de sua ação, a serviço da formação e desenvolvimento da cultura nacional." (SAMPAIO, 1991, p.9, apud NAGLE, 1974.)

---

<sup>3</sup> No ano de 2018, em decorrência dos cortes orçamentários e gestão desqualificada no âmbito da pesquisa e cultura, o Museu Nacional sofreu um incêndio de grandes proporções, tendo a maior parte de seu acervo perdido. Assim como no ano de sua criação, os governantes atuais acreditam não ser prioridade pública o zelo e os investimentos nos patrimônios educacionais e culturais.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Este modelo de conglomeração de antigas faculdades serviu de exemplo para a criação de posteriores universidades brasileiras, tal qual a de Minas Gerais, surgida em 1927. Entretanto, este mesmo ideal ainda apresentava déficits.

Com a hegemonia de Getúlio Vargas, na Revolução de 1930, veio a criação de diversas políticas educacionais, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que visava unir todas as atividades dos ministérios, a exemplo educação, meio ambiente, esporte e saúde. Objetivava também, agrupar as políticas dos estados, formando um modelo educacional integrado para toda a nação. Assim sendo, desenvolveu o Estatuto das Universidades Brasileiras.

O Estatuto das Universidades Brasileiras admitia duas formas de ensino superior, sendo elas: a universidade e o instituto isolado. No que diz respeito à universidade, ela poderia ser oficial ou livre, sendo que a oficial seria mantida pelo governo e a livre pelas fundações ou associações particulares. O documento também discorre sobre a questão da concessão de títulos.

As universidades federais poderiam concedê-los, além de dignidades e outros privilégios e teriam validade em todo o território nacional. Para que as universidades estaduais e particulares gozassem dos mesmos privilégios, teriam que ter seus estatutos aprovados pelo Ministério da Educação, e seriam fiscalizadas, além de outras exigências menores. (WOLTER, 2016, p. 134)

Estas reformas tencionavam-se ao desenvolvimento do ensino num contexto de industrialização e modernização do país, dando ênfase a um modelo mais tecnicista, voltado para o trabalho e seus métodos industriais para a classe operária e seus provenientes, juntamente com a formação superior da elite.

Não demorou muito para o surgimento de críticas ao novo sistema de ensino superior brasileiro, críticas estas oriundas de professores, pesquisadores e principalmente do movimento estudantil. Inspirados pela Reforma Universitária Argentina (1918), que afetou não só o Brasil, mas diversos outros países da América Latina, com suas reivindicações contra o conservadorismo institucionalizado e interferências clericais, a má administração e o corte de verbas, o autoritarismo e a falta de democratização e participação nos processos políticos.

A reforma universitária, que no Brasil ficou associada a 1968, é expressão bem acabada de respingos dessa conjuntura mais ampla. A sociedade brasileira entrava nos anos 50, no pós-guerra, com uma estrutura incompreensivelmente retrógrada, hierarquizada, excludente, elitista, completamente inadequada ao tamanho e à diversidade da própria sociedade brasileira. O binômio educação e desenvolvimento, que tomou a década de 50, encontrava na escassez de vagas para ingresso no ensino superior uma forte bandeira de luta e um obstáculo a ser ultrapassado. A sociedade se modernizava, mas a universidade caminhava em sentido inverso.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Mantinha-se incapaz de responder pela profissionalização de um número ampliado de candidatos ao mercado; não absorvia a demanda existente e não respondia com a variedade de cursos e programas adequados à divisão social do trabalho. (BOMENY, 1994)

E a busca pela efetivação dos direitos estudantis e a criação de um sistema receptivo a todas as classes não cessou. A estrutura educacional brasileira sempre foi uma constante metamorfose, com seus altos e baixos.

As transformações que ocorreram no sistema de ensino superior brasileiro nos últimos trinta anos são parte de um processo mais amplo de modernização que atingiu todos os países onde os segmentos médios da sociedade são significativos e seus sistemas educacionais são minimamente estruturados. A busca por universidades por parte de jovens provenientes de famílias sem tradição em instrução de nível superior ou ainda por pessoas mais velhas que buscam ensino superior com o objetivo de se "ilustrar" ou melhorar sua posição no emprego, a ampliação do contingente feminino em cursos antes predominantemente masculinos, são fenômenos que ocorreram por toda parte. Os sistemas universitários tornaram-se organizações complexas; ao lado dos cursos tradicionais, destinados antes às elites, surgiram novas modalidades de ensino, com objetivos mais imediatos e com um acentuado caráter ainda experimental, que passam a incorporar novos contingentes populacionais. (SAMPAIO, 1991, p. 19)

Sendo assim, mesmo com todos esses anos de morosas transformações educacionais, é notável ainda a busca pela implantação no Brasil de ideais universitários, tais como os da Reforma de 1968 e seus adjacentes aprimoramentos. Tem-se a visão de necessidade de criação de um modelo único e igualitário, para que partam de um mesmo princípio norteador e não excludente.

### **3 A MERCANTILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO ENSINO**

Após um período de ditadura, em 1988 é elaborada a Constituição Federal, que traz em seu 6º artigo os direitos sociais, entre eles o direito à educação, que sendo um direito social, entendemos que deve ser gratuita, de qualidade e universal. Porém, o que vemos com a política neoliberal que adentra o país a partir dos anos 1990 é a minimização do Estado no desenvolvimento das políticas sociais e a maximização para o capital, segundo BEHRING (2003, p. 259): “nessa nova arquitetura institucional tem-se, portanto, que o cidadão de direitos se torna cidadão – cliente”.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Em 1987, o Brasil possuía 853 instituições de ensino superior, sendo 240 públicas e 613 privadas, já em 1997 com essa onda neoliberal, onde o setor privado tem a possibilidade de ampliação, o número de instituições públicas caiu para 211, contrariando os preceitos da recém aprovada Constituição Federal de 1988.

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ao assumir a presidência do país em 1995, endossa a política neoliberal já iniciada por seus antecessores, “reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988” (BEHRING e BOSCHETTI 2015. p, 148), com um governo marcado por privatizações, inclusive na educação, que vê seus investimentos diminuir e a participação do capital privado aumentar.

Observamos uma expansão da mercantilização do ensino superior no Brasil, com um discurso de que o ensino superior não é de responsabilidade somente do Estado, que cabe a cada pessoa entrar e permanecer na universidade, com a “desculpa” de que a privatização traz melhores serviços aos indivíduos. Sendo assim, temos um Estado mínimo, com medidas de privatização, restrição de políticas sociais, atendendo mais uma vez aos interesses do capitalismo.

Percebemos essa mercantilização através dos dados do Censo de Educação Superior de 2017: das Instituições de Educação Superior (IES), 2.152 são privadas (87,9%), 296 são públicas. Em relação à organização acadêmica, a maioria das universidades são públicas (53,3%), entre as IES privadas, predominam as faculdades (87,3%). Ou seja, a educação superior privada não é a que forma pesquisadores, pois não tem a obrigatoriedade do tripé: ensino, pesquisa e extensão, ela forma pessoas para o mercado de trabalho, isto é, para atuar numa perspectiva tecnicista, tarefaira.

Esses dados, nos mostram a tendência de uma formação pautada apenas no mercado de trabalho técnico, como nos fala Lopes e Souza (2017, p.2):

Observa-se que as orientações destacadas imprimem a tendência à educação superior meramente tecnicista e não universitária, dissociada do tripé ensino, pesquisa e extensão; uma educação pobre para pobres, de pouco investimento e através de cursos flexíveis e de curta duração.

Em 2017, 3,2 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação, desse total, 81,7% em instituições privadas. Se observarmos os números das instituições de educação superior entre 1987 e 2017, percebemos que nesses 30 anos



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

apenas 56 instituições públicas foram criadas, enquanto a iniciativa privada passou a ter 1.532.

Notamos o Estado incentivando e estreitando os laços com o ensino privado, através de programas de inclusão como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Esses programas, mesmo ampliando o acesso ao ensino superior, demonstram o interesse do Estado no investimento das instituições privadas, provocando inclusive o crescimento das instituições de ensino superior particulares, enfraquecendo o investimento na qualificação das universidades públicas e na ampliação de vagas.

A partir de 2003, quando Lula assume a presidência do país, notamos mudanças no que tange o ensino superior no Brasil. Apesar do avanço do ensino superior privado e sua precariedade, também foram criadas universidades públicas federais, bem como a política de permanência estudantil, visando a garantia não só do ingresso ao ensino superior, mas de condições para que os estudantes da classe trabalhadora pudessem se manter e concluir a formação.

De 2003 a 2010, houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa a ampliação de 31%; e de 148 câmpus para 274 câmpus/unidades, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138%. Ainda no âmbito da integração e do desenvolvimento regional, destacam-se a criação de 47 novos câmpus no período entre 2011 e 2014 e os processos em tramitação no Congresso Nacional dos projetos de lei que criam outras quatro universidades. (BRASIL, 2012, p. 10).

Porém, quando observamos os dados relacionados ao tipo de escola cursada no ensino médio, vemos que: 80,3% dos estudantes que cursaram o ensino médio todo em escola pública, estão na educação superior de iniciativa privada, enquanto os egressos de escolas de ensino médio privadas ocupam apenas 9,6% das instituições privadas de ensino superior. Notamos que apesar dos investimentos do governo federal na ampliação das universidades e na preocupação com os estudantes da classe trabalhadora, a educação pública continua não acolhendo a classe trabalhadora de forma igualitária.

Em 2007 a participação percentual dos ingressantes em cursos de graduação a distância era de 15,4%; essa participação em 2017 foi de 1/3.

Entre 2007 e 2017, as matrículas na educação superior aumentou 56,4%. Sendo que na modalidade a distância esse aumento foi de 375,2% enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 33,8%. A educação na modalidade a distância poderia ser



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

utilizada como complementação, mas o que vemos é a concorrência com o ensino presencial.

Segundo MÉSZÁROS (2010, p.15):

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista [...] tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes.

A expansão e privatização do ensino superior transformou educação em mercadoria, com foco na lucratividade do capital em detrimento de um ensino público, de qualidade, acessível à classe trabalhadora. Passou a seguir as exigências mercadológicas, não mais sendo garantida como um direito socialmente conquistado. Uma educação pobre para os pobres, que reproduz o injusto sistema de classes, para que estes continuem pobres e estigmatizados.

#### **4 OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL**

O Serviço Social surge no Brasil a partir dos anos 1930, com uma matriz filosófica pautada pelo positivismo, respondendo aos interesses da igreja, da burguesia e do Estado. Um Serviço Social conservador, assistencialista e acrítico.

A partir da década de 1960, os rumos da profissão são modificados com o Movimento de Reconceituação que questiona o que até então estava sendo executado pelos Assistentes Sociais. Então, o Serviço Social passa a assumir um compromisso com os interesses da classe trabalhadora, mudando a matriz filosófica para o materialismo histórico dialético e assumindo um perfil crítico frente ao capitalismo.

Esse novo momento permite a construção de um Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS), que norteia as ações profissionais, com seus princípios embasados na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social - Lei 8662/1993; no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993; e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. (NETTO, 1999, p.16)

Sendo assim, é necessária uma formação qualificada, comprometida com a luta pela viabilização de direitos, com a atualização constante, com capacidade de analisar as mudanças da sociedade e com criticidade.

Para essa formação, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS (1996) trazem entre seus princípios que fundamentam a formação profissional:

a) rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social. b) adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; c) estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; d) Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 1996, p, 06).

Esse perfil profissional desejado está cada dia mais ameaçado, tendo em vista a precarização do ensino superior no país com a política neoliberal e a educação se tornando mercadoria.

Em 1996 vimos a educação a distância ser reconhecida como modalidade de ensino em todos os níveis através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ampliando então a oferta de vagas das instituições privadas. Não que a tecnologia não seja algo positivo, em situações diferentes e bem aplicada pode ser bem eficaz, mas a problematização em questão é que o reconhecimento da EaD trouxe a precarização do ensino, e conseqüentemente do trabalho profissional do assistente social.

Assim não se trata simplesmente de uma recusa ingênua da tecnologia do ensino a distância, mas de compreendê-la no conjunto das diretrizes norteadoras da reforma do ensino superior, capitaneada pela sua privatização e pela lógica da lucratividade que redireciona os rumos da universidade brasileira. O estímulo ao EAD é um incentivo para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais – este sim seu objetivo maior – a que subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. (IAMAMOTO, 2015, p, 441)



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

O fato de estar em um ambiente acadêmico, participando de discussões com os professores, contribui de maneira significativa para a formação profissional. A sala de aula se torna um laboratório, com ricas trocas de experiências, além disso, como já falado, é de extrema importância uma formação com o tripé ensino, pesquisa e extensão, e no que se refere à formação a distância, percebemos seu foco apenas no acesso ao mercado de trabalho, algo que impacta negativamente a formação profissional, com a

Desqualificação do processo formativo, confirmada pelas condições nas quais são realizados os estágios supervisionados, amplamente documentadas e retratadas no texto ora exposto, mas também pela própria forma como a formação é realizada nessa modalidade de ensino: sem a necessária vivência acadêmica, convivência com diferentes docentes e discentes, além do primordial contato com o movimento docente e discente. A formação restringe-se ao contato esparsos com tutores/as, não permite a interlocução efetiva com movimentos sociais históricos no âmbito acadêmico e, ainda, encontra-se restrita obviamente à dimensão do ensino. (CFESS, 2014. p.34)

O ensino à distância se apresenta como algo positivo, com um discurso de que o acesso ao ensino superior ficou mais fácil e mais barato. “Como “Ensino fabril”, a EaD no âmbito da graduação consolida a mercantilização da educação no país conferindo-lhe caráter discriminatório ao criar dois tipos de ensino, de formação, de aluno e de docente” (KOIKE, 2007, p.08).

Segundo dados do ENADE 2016, de 328 cursos de Serviço Social, 266 são de instituições privadas. Sobre as estatísticas básicas das notas dos componentes de formação geral por categoria administrativa temos uma média de 44,1% nas instituições públicas e 36,1% na privada. As estatísticas de conhecimento específico trazem a média de 60,6% nas instituições públicas e 42,6% nas instituições privadas.

Observamos então a superioridade da iniciativa privada na formação em Serviço Social, entretanto o ensino público sendo o de maior qualidade, tendo em vista os resultados de conhecimentos gerais e específicos do ENADE.

Isso nos leva a uma reflexão: qual o tipo de formação está sendo executada nas instituições de ensino, onde vemos que não há o incentivo à pesquisa e extensão dentro do âmbito acadêmico? Percebemos, que mesmo após anos da implantação do ensino universitário no país, ainda existe a visão de uma formação tecnicista, preocupada apenas com o mercado de trabalho, não que isso não deva ser uma preocupação dos Assistentes Sociais, mas não se deve perder por esse caminho a criticidade que acompanha e é essencial à profissão, como fala IAMAMOTO (2015, p. 171):



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Emerge daí uma outra diretriz, traduzida na necessidade de articular formação profissional e mercado de trabalho. Essa não se confunde com a mera adequação da formação às exigências do mercado, numa perspectiva instrumental, subordinando a formação universitária à dinâmica reguladora do mercado, erigido como fetiche pelo pensamento liberal, reeditado hoje nas versões neoliberais das políticas oficiais de Estado, preconizadas pelos organismos internacionais. A articulação proposta passa por outras considerações: a exigência de uma formação profissional sintonizada com o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, dotada de um distanciamento crítico do mesmo. Sintonização que permita detectar as demandas expressas nas órbitas estatal e empresarial – expressão de tendências dominantes do processo de acumulação capitalista e das políticas governamentais impulsoras de sua realização.

Portanto, há uma necessidade de profissionais críticos, qualificados e afinados com as tendências do mercado de trabalho e as novas demandas que surgem com o capitalismo selvagem.

Os assistentes sociais são profissionais que pesquisam, que devem estar comprometidos com a pesquisa, com as atualizações, com as mudanças do mundo contemporâneo, elementos fundamentais para o fazer profissional. Como nos fala novamente IAMAMOTO (2015, p.145):

Profissional que também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho – ali presentes como possibilidades – transformando-as em alternativas profissionais. Um horizonte é incorporar a pesquisa como atividade constitutiva do trabalho profissional [...].

Sendo assim, se faz necessário uma formação alinhada com o perfil profissional que deve ter os assistentes sociais. E com esse aumento das instituições privadas e principalmente do ensino a distância, vemos a formação desejada se perder.

A contradição é que no contexto atual a massa de profissionais que se dedicam na defesa de um Serviço Social crítico tende a diminuir, considerando a precariedade da formação que contribui para o predomínio de leituras da realidade que não ultrapassam a perspectiva imediatista.

Não podemos esquecer que o Serviço Social no Brasil tem seu início marcado pelo pensamento conservador, pela caridade, assistencialismo, valores cristãos, em favor do Estado e da ordem burguesa. Essa visão do Serviço Social brasileiro deixa resquícios até os dias atuais, e a luta para romper com esse estigma é constante.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os apontamentos realizados neste estudo evidenciam a precariedade da educação superior no Brasil, bem como esta questão influencia na formação do Assistente Social. Através de abordagem historiográfica, pode-se constatar que desde seu prólogo, o Brasil sofreu de grande atraso quando nos referimos ao desenvolvimento do sistema de ensino, principalmente o superior, em decorrência da política de colonização exploratória portuguesa, a qual demarcou toda a formação histórica e social do país. Sendo assim, o Brasil e suas estruturas (históricas, econômicas, culturais e pedagógicas) estavam intimamente ligados aos princípios europeus. Tais princípios, visavam o controle cultural e intelectual das metrópoles sobre as colônias. E foi por meio de tudo isso, que o sistema estratificado e classista foi conservado por tanto tempo.

Com a política neoliberal que adentra o país nos anos 1990, o Estado se torna mínimo no atendimento às políticas sociais, aumentam-se as privatizações com o interesse no capital, desprezando a recém aprovada Constituição Federal de 1988. Uma educação sendo transformada em mercadoria, atendendo as exigências mercadológicas, ainda sem atender de maneira igualitária a classe trabalhadora, com uma formação tecnicista e tarefaira, que em muito tem impactado a formação do Assistente Social, principalmente com a modalidade de ensino à distância.

O aumento galopante de investimento no ensino privado explicita que o ensino público e de qualidade não é prioridade neste país. A classe trabalhadora em muitos momentos, mediante a alienação resultante do sistema econômico vigente, é envolvida por um discurso de acesso à educação sem refletir as disparidades desse acesso quando comparada as possibilidades de educação que são ofertadas a burguesia.

No âmbito do Serviço Social, além da privatização, a formação aligeirada através do ensino a distância tem contribuído para a desvalorização da profissão e fortalecimento de ondas conservadoras, voltadas para uma atuação acrítica, sujeitas aos ditames do mercado, isentando-se até da relativa autonomia profissional proporcionada, inclusive, pelos avanços do Serviço Social crítico que possibilitou a construção de documentos e defesas tais como o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares de 1996, bem como o posicionamento em defesa da classe trabalhadora que consubstancia



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) e as bandeiras de luta defendidas pelo CFESS/CRESS ao longo dos anos.

O Serviço Social muito evoluiu desde a sua chegada ao Brasil nos anos 1930, e exige que os profissionais continuem com as lutas contra o injusto sistema de classes, em defesa à classe trabalhadora, que tanto sofre com as expressões da questão social, uma formação alinhada com o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) e o Código de Ética de 1993.

Compreendemos que é necessário profissionais críticos, e para tanto, uma formação de qualidade, de preferência pública, presencial e laica, que atenda a todas essas necessidades, para que possamos superar ideologias e possibilitar à classe trabalhadora a autonomia para exercer seu direito democrático sobre a administração educacional do país e efetivar sua emancipação através de viabilidades educacionais.

## **6 REFERÊNCIAS**

**ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro: 1996.

Disponível em:

[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 10 mar. 2019

**BEHRING, Elaine Rosseti. BOSCHETTI, Ivanete. Política Social Fundamentos e História.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

**BOMENY, Helena. A Reforma Universitária de 1968, 25 anos depois.** Disponível em:

[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_04.htm). Acesso em: 10 mar. 2019

**BRASIL. INEP. Censo da Educação Superior: notas estatísticas 2017.** Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf). Acesso em: 09 mar. 2019

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das universidades federais: 2003 a 2012.** Brasília: 2012 Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 09 mar. 2019

**CFESS. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social.**

Brasília: 2014. Disponível em:



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

[http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS\\_incompatibilidadevolume2\\_2014.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf). Acesso em: 04 mar. 2019

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 09. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/koike-marieta-201608060345477665680.pdf>. Acesso em 23 fev. 2019

MÉSZÁROS, István Mészáros. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARTINS, C. A. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, Ribeirão Preto, v. 17, p. 4 – 5, 2002, Suplemento 3.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Disponível em: [http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto\\_etico\\_politico-j-p-netto\\_.pdf](http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf). Acesso em: 10 mar. 2019

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2019

SOUSA, Jessica Lima. LOPES, Cinthia Fonseca. **A mercantilização do ensino superior e o processo de expansão dos cursos de Serviço Social no Ceará**. Londrina: 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/52405617-A-mercantilizacao-do-ensino-superior-e-o-processo-de-expansao-dos-cursos-de-servico-social-no-ceara.html>. Acesso em 09 fev. 2019

WOLTER, Roberto Henrique. O Ensino superior na Era Vargas. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 4, n. 1, p. 131-142, 2016.